



Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido.	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A. Maracanaú – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Imobilizado

Veja as Notas 2.8 e 7 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui imobilizado líquido no montante de R\$ 111.902.832, divulgado na Nota explicativa nº 07.</p> <p>A Companhia até o momento não iniciou suas operações e dessa forma suas principais operações referem-se a aquisições de ativo imobilizado. Tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, reconhecimento e mensuração dos bens do imobilizado;- Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para analisar se a natureza dos gastos são condizentes com ativo registrado;- Avaliamos ainda a adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o imobilizado e as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 15 de maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

Ventos de Santo Lúcio I Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.907	9.848	Fornecedores nacionais	8	750.516	1.137.200
Aplicações financeiras	5	1.329.260	78.403.705	Partes relacionadas - outras contas a pagar	13	68.531	52.897
Impostos a recuperar		1.237.757	295	Obrigações fiscais		50.033	139.553
Adiantamento a fornecedores		-	116.506	Obrigações trabalhistas		5.060	-
Outros créditos		74.310	-	Outras contas a pagar		69.422	-
Partes relacionadas - outros créditos	13	678.984	8.305	Obrigações com arrendamentos		92.907	-
Despesas antecipadas	6	143.645	3.360				
Total do Ativo Circulante		3.476.863	78.542.019	Total do Passivo Circulante		1.036.469	1.329.650
Despesas antecipadas	6	236.619	12.593	Debêntures	9	84.849.985	76.609.721
Realizável a longo prazo		236.619	12.593	Obrigações com arrendamentos		52.973	-
Imobilizado	7	111.902.832	27.887.328	Total do Passivo Não circulante		84.902.958	76.609.721
Total do Ativo Não Circulante		112.139.451	27.899.921	Total do Passivo		85.939.427	77.939.371
				Patrimônio líquido			
				Capital social	10	32.842.672	29.782.672
				Prejuízos acumulados	10	(3.165.785)	(1.280.103)
				Total do Patrimônio líquido		29.676.887	28.502.569
Total do Ativo		115.616.314	106.441.940	Total do Passivo e Patrimônio líquido		115.616.314	106.441.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Lúcio I Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Despesas gerais ou administrativas	11	(1.864.267)	(1.070.746)
Outras despesas operacionais		<u>(144)</u>	<u>(12)</u>
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		(1.864.411)	(1.070.758)
Receitas financeiras		-	1
Despesas financeiras	12	<u>(21.270)</u>	<u>(57.730)</u>
Resultado financeiro líquido		(21.270)	(57.729)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		(1.885.681)	(1.128.487)
Prejuízo líquido do exercício		<u>(1.885.681)</u>	<u>(1.128.487)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Lúcio I Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	<u>(1.885.681)</u>	<u>(1.128.487)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(1.885.681)</u>	<u>(1.128.487)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Lúcio I Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021		<u>33.195.172</u>	<u>(10.000.000)</u>	<u>(151.616)</u>	<u>23.043.556</u>
Capital integralizado		-	6.587.500	-	6.587.500
Prejuízo do exercício		-	-	(1.128.487)	(1.128.487)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>33.195.172</u>	<u>(3.412.500)</u>	<u>(1.280.104)</u>	<u>28.502.568</u>
Capital integralizado	10	-	3.060.000	-	3.060.000
Prejuízo do exercício		-	-	(1.885.681)	(1.885.681)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>33.195.172</u>	<u>(352.500)</u>	<u>(3.165.785)</u>	<u>29.676.887</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Lúcio I Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo líquido do exercício		(1.885.681)	(1.128.487)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	7	88.942	-
Juros sobre debêntures		-	471.999
Juros sobre arrendamentos		1.857	-
Baixa de arrendamento		2.184	-
Variações nos ativos e passivos			
Impostos a recuperar		(1.237.462)	(295)
Adiantamentos a fornecedores		116.506	(116.506)
Despesas antecipadas		(364.311)	(1.666)
Outros créditos		(74.310)	-
Partes relacionadas - outros créditos		764.074	(8.305)
Fornecedores nacionais		(386.684)	1.134.820
Partes relacionadas - outras contas a pagar		15.634	22.561
Obrigações trabalhistas		5.058	-
Obrigações fiscais		(89.520)	138.391
Outras contas a pagar		69.420	-
Caixa utilizado nas atividades operacionais		(2.974.293)	512.512
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	77.074.445	(78.403.705)
Aquisição de imobilizado		(74.595.716)	(4.861.050)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		2.478.729	(83.264.755)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	10	3.060.000	6.587.500
Obrigações com arrendamento - Debêntures	7c	(7.099)	-
Captações de empréstimos e financiamentos		-	77.500.000
Custo de captação debêntures	9	(2.554.278)	(1.362.278)
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		498.623	82.725.222
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		3.059	(27.021)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	9.848	36.869
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	12.907	9.848
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		3.059	(27.021)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em reais)

1. Contexto operacional

A Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A., “Companhia”, situada na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, Nº 10800, sala 290 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 18 de dezembro de 2019 e até a presente data não entrou em fase operacional.

A Companhia sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 149, de 03 de abril de 2020 do Ministério de Minas e Energia (MME), a outorgada tem até 1º de janeiro de 2025 para iniciar a operação comercial da 1º e 2º unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 2.877 de 07 de outubro de 2020.

A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração, em nome próprio, de usina de geração de energia a partir da fonte EOL Ventos de Santa Léia 14, na forma permitida por lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

2. Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de maio de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Após o reconhecimento inicial, as debêntures estão sujeitas a juros e são mensuradas pelo custo amortizado. Ganhos e perdas são mencionados pela variação de 100% do IPCA futuro calculado na data de apresentação das demonstrações financeiras, acrescido de juros remuneratórios de 7,6078% a.a.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedor e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros

2.7 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não constituiu provisão para desmobilização considerando que não há obrigação legal e contratual em seus contratos de arrendamento.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros avaliados são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com taxas bancárias, juros sobre arrendamento, ajustes de

desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de debêntures que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados pela Companhia. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia não possui diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

2.10 Arrendamento

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva simplificada, reconhecendo ativos de direito de uso e passivos de arrendamento calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de uso. Onde o montante do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento a pagar foram trazidos ao valor presente que foi calculada em 7,84% ao ano em 2021 e 2022.

Os contratos objetos da aplicação do referido CPC foram contratos de aluguéis, onde o fluxo de pagamento ocorreu conforme as cláusulas contratuais, obedecendo o período de carência e reajuste pactuados em cada contrato.

2.11 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2022

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);

- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23);
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26).

3. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2022 e 2021 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, apresentados na nota 7, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao IPCA.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bancos conta movimento	12.907	9.848
Total	<u>12.907</u>	<u>9.848</u>

5. Aplicações financeiras

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicações financeiras (a)	1.329.260	78.403.705
Total	<u>1.329.260</u>	<u>78.403.705</u>

- (a) A Companhia, que está em período de construção, mantém suas aplicações financeiras preferencialmente em fundos contratados para esse fim, com baixo risco de crédito. Para aplicações financeiras com prazo inferior a 30 dias a Companhia contratou em 2022 e 2021 instrumentos de renda fixa de curto prazo com baixo risco de crédito e remuneração com taxas entre 80% e 107% do CDI.

6. Despesas antecipadas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prêmios de seguro a apropriar	375.382	10.927
Outras despesas pagas	4.882	5.026
	<u>380.264</u>	<u>15.953</u>
Ativo circulante	143.645	3.360
Ativo não circulante	236.619	12.593

7. Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Torres Anemométricas	10%	148.990	(9.933)	139.057	-
Ativo de Direito de Uso de Terra	-	148.940	(79.009)	69.931	-
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	-	59.925.435	-	59.925.435	26.149.604
Imobilizado em andamento	-	51.768.409	-	51.768.409	1.737.724
Total	-	111.991.774	(88.942)	111.902.832	27.887.328

b. Movimentação do imobilizado

	31/12/2021	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Torres Anemométricas (i)	-	-	148.990	-	(9.933)	139.057
Ativo de Direito de Uso de Terra	-	148.940	-	-	(79.009)	69.931
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	26.149.604	36.227.143	(1.915.999)	(535.313)	-	59.925.435
Imobilizado em andamento (ii)	1.737.724	38.368.573	1.767.009	(899.440)	-	40.973.866
Juros sobre empréstimos capitalizados	-	10.794.543	-	-	-	10.794.543
Total	27.887.328	85.539.199	-	(1.434.753)	(88.942)	111.902.832

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas controladas possuem valores em adições que somados representam R\$ 10.943.483 que não tiveram efeito no caixa.

	31/12/2020	Adições	Transferências	Depreciação	31/12/2021
Licenciamento ambiental	152.452	253.466	(405.918)	-	-
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	22.804.088	3.345.516	-	-	26.149.604
Imobilizado em andamento	69.738	1.262.068	(405.918)	-	1.737.724
Total	23.026.278	4.861.050	-	-	27.887.328

- (i) Refere-se à compra de torres anemométricas para estudos e medições da energia eólica e que se encontram em uso.
(ii) Refere-se às aquisições de equipamentos, instalações e obras civis para implantação do parque eólico.

c. Arrendamento mercantil

Política contábil

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a rerepresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma. Com isso, os ativos e passivos na data do reconhecimento são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 7,84% ao ano.

Durante a fase operacional futura, os fluxos de pagamentos previstos contratualmente serão todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não estão contemplados no cálculo, conforme previsto na norma.

A seguir, um resumo dos valores contabilizados na data inicial e a movimentação dos itens de ativo e de passivo ao longo de todo o exercício de 2022:

Ativo de direito de uso:

	Terrenos
	31/12/2022
Saldo inicial	
Adições	148.940
Amortização	(79.009)
Saldo final	69.931

Obrigações com arrendamento:

	Terrenos
	31/12/2022
Saldo inicial	
Adições	153.745
Juros a incorrer	(2.621)
Juros incorridos	1.857
Pagamentos	(7.099)
Saldo final	145.882
Circulante	92.909
Não circulante	52.973

8. Fornecedores nacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	750.516	1.137.200

9. Debêntures

Em 02 de dezembro de 2021, ocorreu a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples da Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A., não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, no montante de R\$ 77.500.000, com sistema de amortização conforme cronograma de pagamento (item c) e com a último vencimento em 15 de julho de 2041. O valor nominal unitário das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, e sobre o valor nominal atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios de 7,6078% a.a., desde a primeira data de integralização das Debêntures (17 de dezembro de 2021) até a data de cada efetivo pagamento.

As obrigações decorrentes da Escritura de Emissão (*covenants*) são os usuais em operações de mercado de capitais. A apuração anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida mínimo de 1,20x somente será aplicável a partir do exercício social de 2024.

As Debêntures são garantidas por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento; e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, penhor de ações, penhor de aerogeradores e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela

Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A
(Companhia em fase pré-operacional)
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2022

Companhia. As garantias reais são compartilhadas entre os Debenturistas e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na proporção do saldo devedor de cada dívida. Em 31 de dezembro de 2031, o financiamento junto ao BNDES ainda não foi desembolsado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontrava-se adimplente com suas obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão das Debêntures.

a. Composição do saldo

	<u>Tipo</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	Debêntures	<u>84.849.985</u>	<u>76.609.721</u>
Total		<u>84.849.985</u>	<u>76.609.721</u>

b. Movimentação da conta

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	76.609.721	-
Captações de debêntures	-	77.500.000
Juros sobre debêntures	-	471.999
Custo de captação	(2.554.279)	(1.362.278)
Capitalização de imobilizado	10.794.543	-
Saldo final	<u>84.849.985</u>	<u>76.609.721</u>
Circulante	-	-
Não circulante	<u>84.849.985</u>	<u>76.609.721</u>

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	Valor	%	Valor	%
2024	5.090.999	6,00%	4.596.583	6,00%
2025	7.152.854	8,43%	6.458.199	8,43%
2026	6.923.759	8,16%	6.253.651	8,16%
2027	5.854.649	6,90%	5.286.070	6,90%
2028	5.574.644	6,57%	5.033.258	6,57%
2029	4.921.299	5,80%	4.443.363	5,80%
2030	5.608.584	6,61%	5.063.902	6,61%
2031	5.107.969	6,02%	4.611.905	6,02%
2032	4.989.179	5,88%	4.504.651	5,88%
2033	4.878.874	5,75%	4.405.058	5,75%
2034	4.785.539	5,64%	4.320.788	5,64%
2035	4.929.784	5,81%	4.451.024	5,81%
2036	5.065.544	5,97%	4.573.600	5,97%
2037	4.844.934	5,71%	4.374.415	5,71%
2038	4.497.049	5,30%	4.060.315	5,30%
2039	3.147.935	3,71%	2.839.156	3,71%

Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A
(Companhia em fase pré-operacional)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022

2040	509.100	0,60%	459.658	0,60%
2041	967.290	1,14%	874.116	1,14%
Total	<u>84.849.985</u>	<u>100%</u>	<u>76.609.721</u>	<u>100%</u>

10. Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 32.842.672 em 2022 (2021: R\$ 29.782.672) e está representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	(%) de ações	Valor	(%) de ações	Valor
Acionistas				
CDV Holding S.A	80%	26.274.138	80%	23.826.138
Ares Eyner Participações S.A	20%	6.568.534	20%	5.956.534
Total	100%	32.842.672	100%	29.782.672

No exercício de 2022, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 3.060.000 com entrada em caixa e equivalente de caixa.

11. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Amortizações e depreciações	(88.942)	-
Mão-de-obra	(141.651)	(6.592)
Despesas informática e telecomunicações	-	(80)
Despesas com escritório	(164)	-
Despesas legais (c)	(176.355)	(37.996)
Taxa de manutenção com órgão regulador	(136)	(248)
Despesas com veículos	(521)	-
Despesas operacionais - geração energia	(139.363)	-
Despesas com seguros	(124.043)	(3.359)
Compartilhamento de despesa (a)	(529.979)	(526.285)
Serviços - Pessoa jurídica (b)	(429.351)	(482.128)
Tributos e contribuições	(233.762)	(14.058)
Total	(1.864.267)	(1.070.746)

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.
- (b) Refere-se a consultorias, serviços de mão de obra e auditoria externa.
- (c) Refere-se a despesas com taxas e registros em cartórios.

12. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos de aplicações	-	1
Tarifas bancárias	(9.101)	(2.278)
Multas e juros passivos	(5.830)	(4)
Agente fiduciário	(2.214)	(55.447)
Juros pagos a fornecedores	(84)	(1)
Juros Sobre Direito De Uso	(4.041)	-
Total	(21.270)	(57.729)

13. Partes relacionadas

Os principais saldos de passivo em 31 de dezembro de 2022, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Em 31 de dezembro 2021

Ativo	
Partes relacionadas - outros créditos (b)	8.305
Passivo	
Partes relacionadas – outras contas a pagar (a) (b)	52.897
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	526.285

Em 31 de dezembro 2022

Ativo	
Partes relacionadas - outros créditos (b)	678.984
Passivo	
Partes relacionadas – outras contas a pagar (a) (b)	68.531
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	529.979

(a) A Companhia possui operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.

(b) A Companhia possui immobilizações em andamento e despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias de ativo e passivo até a sua liquidação.

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições de mercado.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 16 de dezembro de 2022, os Diretores ora empossados, renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

14. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	12.907	12.907	9.848	9.848
Aplicações financeiras	1.329.260	1.329.260	78.403.705	78.403.705
Outros créditos	74.310	74.310	-	-
Partes relacionadas - outros créditos	678.984	678.984	8.305	8.305
Fornecedores nacionais	(750.516)	(750.516)	(1.137.200)	(1.137.200)
Debêntures	(84.849.985)	(84.849.985)	(76.609.721)	(76.609.721)
Partes relacionadas - outras contas a pagar	(68.531)	(68.531)	(52.897)	(52.897)
Obrigações com arrendamentos	(145.880)	(145.880)	-	-
Outras contas a pagar	(69.422)	(69.422)	-	-
Total	(83.788.873)	(83.788.873)	622.040	622.040

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo.

15. Contingências

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.